

**Manuais e Guias de Redação Oficial Tocantinenses:
Por que o Gênero Masculino os Domina?**

**Tocantinenses Official Writing Manuals and Guides:
Why does the Male Gender Dominate them?**

Resumo: Vemos que, com a nova edição do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), Brasil (2018), nos parece possível contestar, sob os critérios de uma linguagem inclusiva de gênero, sua autoanunciada edição revista, atualizada e ampliada. Nesse sentido, um novo subitem intitulado “signatárias do sexo feminino” mostra-se revelador, porque falacioso. O que ocorre é a prevalência do masculino genérico e de personagens masculinas em seus exemplos e modelos de comunicação e atos oficiais. Dado o prestígio que tem o MRPR, podemos ver tal prevalência presente em manuais e guias de redação oficial locais. É o que ocorre nos guias de redação oficial da Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2021) e do Instituto Federal do Tocantins (IFTO, 2017) e nos manuais de redação oficial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE, 2013) e do Ministério Público do Estado do Tocantins (MP-TO, 2017). Após trazeremos fragmentos dos guias e manuais de redação em questão que comprovam que eles são patriarcalistas, passaremos em revista os conceitos de androcentrismo, masculino genérico, sexismo e linguagem inclusiva de gênero na tentativa de procurarmos explicar, embora não justificar, a razão por que as mulheres cis ou trans e pessoas de diversos outros gêneros ou não binárias sofrem exclusão linguística nessas publicações.

Palavras-chave: Manual de Redação da Presidência da República; Manual de Redação do Estado do Tocantins; Guia de redação do IFTO e da UFT; Androcentrismo; Bolsonarismo linguístico.

Abstract: We see that, with the new edition of the Editorial Manual of the Presidency of the Republic (MRPR), Brazil (2018), it seems possible to challenge, under the criteria of gender-inclusive language, its self-announced revised, updated and expanded edition. In this sense, a new sub-item entitled “female signatories” is revealing, because it is fallacious. What happens is the prevalence of the generic masculine and male characters in their examples and models of communication and official acts. Given the prestige that MRPR has, we can see such prevalence present in manuals and official local writing guides. This is what happens in the official writing guides of the Federal University of Tocantins (UFT, 2021) and the Federal Institute of Tocantins (IFTO, 2017) and in the official writing manuals of the Court of Auditors of the State of Tocantins (TCE, 2013) and of the Public Ministry of the State of Tocantins (MP-TO, 2017). After bringing fragments of the guides and writing manuals in question that prove that they are patriarchal, we will review the concepts of androcentrism, generic masculine, sexism and gender-inclusive language in an attempt to explain, although not justify, the reason why cis or trans women and people of different genders or non-binary people suffer linguistic exclusion in these publications.

Key-words: Presidency of the Republic Writing Manual; State of Tocantins Writing Manual; IFTO and UFT Writing Guide; Androcentrism; Linguistic Bolsonarism.

Recebido em 03 de julho de 2023.

Aprovado em 20 de dezembro de 2023.

Introdução

Ao compararmos as edições do Manual de Redação da Presidência da República, a 3ª edição, a mais atualizada, que é a de 2018, e a 2ª edição, a de 2002, podemos ver manifestações de androcentrismo e sexismo gramatical. Comparadas as referidas edições, vemos passível de contestação a autoanunciada revisão, atualização e ampliação dessa nova edição do MRPR, sobretudo no trato dispensado às pessoas do gênero feminino ou mesmo não binárias.

Uma pergunta que pode nos nortear é se basta pautar-se nas regras ortográficas do Novo Acordo Ortográfico em uso no Brasil desde 2009 e somente dar uma atenção maior ao uso do correio eletrônico, com a abolição do fax e do telegrama, bem como uma atenção à formatação em processadores de textos, para que esse novo manual se anuncie revisto, atualizado e ampliado.

A certa altura da comparação entre as edições do MRPR, deparamo-nos com uma das presumidas atualizações: subitem “signatárias do sexo feminino”, subitem 4.2.2 (Brasil, 2018, p. 25). Tal subitem nos faz pensar que, se há esse espaço para o protagonismo das mulheres¹, no manual como um todo também haveria esse mesmo protagonismo, replicado nos demais capítulos. Mas não é o que podemos constatar.

As anunciadas “signatárias” concentram-se apenas no subitem intitulado “signatário” (subitem 4.2). Já aí uma contradição, por causa do masculino “signatário”. Com base em manuais de linguagem inclusiva e publicações que tratam do tema (BRASIL, 2012; FISCHER, 2020; FRANCO; CERVERA, 2006; IFAL, 2018; LÓPEZ et al, 2012; MERCOSUR/RAADH, 2018; RIO GRANDE DO SUL, 2014), pensamos que um subitem que falasse de “signatárias” deveria ser, no mínimo, intitulado só “signatárias” ou mesmo, para ser ainda mais inclusivo, “signatárias e signatáries”.

Ainda com base nos manuais e publicações de linguagem inclusiva, cremos que uma obra verdadeira e honestamente revista, atualizada e ampliada deveria se preocupar com uma linguagem inclusiva, nem que fosse com foco em uma representação binária de gêneros, considerando, ao menos, todas as conquistas alcançadas pelas mulheres.

¹ Quando nos referirmos às mulheres, estaremos entendendo não só mulheres cisgêneras, mas mulheres transgêneras também. Precisamos ainda destacar que os manuais de linguagem inclusiva de gênero, pelo menos os consultados para este artigo, conferem um trato binário à assimetria de gênero, diferentemente dos manuais de linguagem neutra.

Assim o que observamos é que, nesse novo MRPR, da mesma maneira que nas edições anteriores, Brasil (2002, 1991), prevalece o chamado masculino genérico ou mesmo apenas um protagonismo dos homens, prevalecendo um androcentrismo e um sexismo linguístico-discursivo que refletiria todo um patriarcalismo.

1 MASCULINO SEMPRE PRESENTE

Um levantamento, na 3ª edição do MRPR, envolvendo as palavras “secretária” e “secretário”, nos faz identificar 19 ocorrências no masculino, entre as quais “secretário-executivo”, “primeiro-secretário”, “secretário de Estado”, etc. Além de serem todos sinalizando para homens no exercício desses cargos, trata-se de cargos de alto escalão.

Já na representatividade das mulheres, a palavra “secretária” só aparece nessa nova edição do MRPR em apenas duas ocorrências, uma como “secretária-executiva interina” (interina, diga-se de passagem) e outra como “auxiliar-administrativa”.

Será, então, o manual de redação de um Presidente Temer usuário de mesóclises e cuja esposa se autoanunciava “bela, recatada e do lar” que passará a orientar e nortear as maneiras com que se apresentam os atos normativos e as comunicações originárias do Poder Público Federal e de suas instâncias.

Sabino e colegas (2014), bem como Sousa, Faria e Florentino (2017) dão testemunho de como o Manual de Redação da Presidência da República embasa a redação oficial e por conseguinte outros manuais de redação Brasil afora. Daí a importância e a razão de falarmos da inclusão linguística das pessoas de todos os gêneros e até das agêneras nesse manual.

No Tocantins, sob o toque do MRPR, tal qual o Adão da pintura de Michelangelo, temos o Guia de Redação e Formatação de Comunicações Oficiais (UFT, 2021), o Guia de Documentos Institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO, 2017), o Manual de Redação Oficial do Ministério Público do Tocantins (MP-TO, 2017), o Manual de Redação Oficial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO, 2013), entre outros.

E facilmente podemos constatar essa influência do MRPR, seja no protagonismo masculino, seja conseqüentemente na presença quase que apagada ou mesmo nula de mulheres, em seus modelos de redação, quadro de pronomes e exemplos.

2.2.2.1. Na UFT, adotamos como padrão a versão aportuguesada da palavra de origem latina para designar a área onde estão localizados os prédios da Universidade em cada um de seus municípios-sede. Deste modo, utilizamos a grafia *câmpus* tanto para o singular quanto para a forma plural, e não *campi*. A palavra virá com a primeira letra maiúscula quando se referir a um *câmpus* específico, e letra minúscula quando se referir a *câmpus* em geral, ou anteceder a citação de vários *câmpus* da UFT. Ex.: *Alunos* de todos os *câmpus* da UFT voltam às aulas nesta segunda-feira. *Professores* do *Câmpus* de Palmas organizaram uma programação especial para recepcionar *os calouros*. *Técnicos-administrativos* dos *câmpus* de Arraias e Tocantinópolis participam de capacitação. (UFT, 2021, p. 19, grifos nosso)

No fragmento acima, temos um exemplo de como o gênero masculino pretensamente neutro estaria representando também “alunas”, “professoras”, “calouras” e “técnicas-administrativas”.

Dessa forma, dada a influência do MRPR com Brasil (2018, 2002, 1991), encontramos outras ocorrências peculiares de masculino nos manuais que o copiam. Nos fragmentos desses manuais, teríamos novas manifestações do que podemos entender como masculino genérico, porém não sem o desconfortante apagamento linguístico de outros gêneros, como se tivéssemos apenas homens no exercício do Poder.

2.3.3.5 Cabe ressaltar que, conforme o Manual da Presidência da República, embora o pronome de tratamento Vossa Excelência seja empregado para a maioria das autoridades do poder executivo, legislativo e judiciário, nos âmbitos federal, estadual e municipal, somente deve-se empregar o vocativo “*Excelentíssimo Senhor*” e o endereçamento “A Sua Excelência *o Senhor...*” para *Chefes* de Poder. Para as demais autoridades e também para particulares não ocupantes de cargos públicos, o mais adequado é o pronome “Vossa Senhoria”, e o vocativo “*Senhor*”. (UFT, 2021, p. 28, grifos nossos)

Despacho n.º 37/2016 – REI/IFTO
Palmas, 4 de abril de 2016.
Processo n.º: 23234.001248/2015-53
Interessado: Campus Paraíso do Tocantins, do IFTO
Assunto: Contratação de serviços de recarga e manutenção de extintores de incêndio para os campi do IFTO
Ao Senhor Diretor-geral do Campus Paraíso do Tocantins (IFTO, 2017, p. 30, grifos nossos)

Ofício circular n.º 000/PGJ/GAB
Palmas, 10 de junho de 2015
Aos Prefeitos Municipais do Estado do Tocantins
Assunto: Convite para a Audiência Pública na defesa do Bioma Cerrado
Senhor Prefeito, [...] (MP-TO, 2017, p. 35, grifos nossos)

TCE (2013, p. 20-26) vai mais longe no apagamento linguístico de gênero, pois nomeia todas as autoridades de José da Silva. Contabilizamos 42 “jósés da silva” em seu quadro dos pronomes de tratamento.

Por que, então, essa prevalência da representatividade masculina nos exemplos, quadros e modelos de documentos oficiais, cujo protagonismo é quase sempre de homens, sendo eles quase que exclusivamente remetentes, destinatários e ocupantes dos cargos públicos?

Vemos que não poderíamos propor uma resposta a essa questão sem falarmos o que seria androcentrismo, masculino genérico, sexismo gramatical e linguagem inclusiva de gênero.

2 O QUE É ANDROCENTRISMO?

López e colegas (2012, p. 16) definem androcentrismo como a ideia de homem como protótipo e modelo universal, tomado como o eixo, a medida e referência de todas as coisas. Segundo as autoras, exemplos contundentes de androcentrismo seria o uso das palavras “homem” em referência a toda a humanidade e “penetração” como denominação do ato sexual.

Para Mäder (2015, p. 135) a linguagem seria antropocêntrica, sinalizadora do humano nela presente – estariam aí como testemunhos as catacreses (braços da poltrona, nariz do avião, etc.) –, egocêntrica, sinalizadora de quem fala – com os elementos dêiticos eu-aqui-agora e os tempos e modos verbais – e androcêntrica, pelo uso reiterado do masculino genérico e outras composições linguísticas indicativas do domínio dos homens na linguagem.

E por que a linguagem não seria também ginecocêntrica? Para responder a essa pergunta, Mäder (2015, p. 138-140) reporta-se ao que lhe parece um catalisador das relações desiguais de poder entre os gêneros: as instâncias reguladoras da língua, as quais seriam, conforme o autor, as gramáticas normativas, os dicionários, as corporações, como as Academias de Letras.

E aí incluiríamos a regulação linguística por meio de manuais de redação, como os manuais e guias de redação oficial do Estado do Tocantins, cujo destaque, como vimos, é dado aos homens em seus exemplos, quadros e modelos de comunicação oficial.

Uma mostra decisiva e eloquente do androcentrismo linguístico poderíamos encontrar na ordem de apresentação de palavras, não só nesses manuais e guias de redação oficial, mas também em gramáticas, dicionários e até mesmo em títulos famosos da literatura e do cinema, como aponta Mäder (2015, p. 136).

Caldas-Coulthard (2007, p. 237) lembra que “o português usa o sistema de primazia do masculino também em pares de palavras de gêneros diversos [...] pai e mãe, filho e filha, rei e rainha”, nos quais a mulher figura sempre após o homem, reforça a autora.

Mäder (2015, p. 136) observa ser possível inferir, nessa disposição canônica masculino-feminino, que o mais valorizado, cognitiva e culturalmente falando, viria sempre primeiro.

López e colegas (2012, p. 16) tal qual Mäder (2015, p. 144) veem também as entradas dos dicionários como outro exemplo contundente de androcentrismo. Neles a forma feminina segue a forma masculina, seja como dela derivada, seja representada somente por sufixo.

O mito judaico-cristão, do qual fala Mäder (2015, p. 27), com a mulher sendo criada a partir do homem, seria mais um flagrante dessa primazia do masculino, como vemos em Gênesis.

3 ONDE OCORRE O MASCULINO GENÉRICO?

De forma geral, poderíamos assim resumir suas ocorrências: com substantivo sobrecomum morficamente masculino, como “membro” em “os membros da associação devem receber seus prêmios”; com substantivo comum de dois gêneros com constituintes frasais a ele relacionados no masculino, como em “os participantes premiados devem se dirigir à associação”; com substantivo flexionado com a vogal temática “o”, como em “o associado que tenha sido premiado deve se dirigir à associação”, sendo “membros”, “participantes” e “associado” em referência não só a pessoas do gênero masculino; e com o substantivo “homem” designando todos os membros da espécie humana.

Não podemos esquecer também das regras gramaticais que tornam o masculino genérico visível e previsível (MÄDER, 2015, p. 86-98), incluindo-se a linguagem não verbal, com pictogramas (placas de preferencial, como em , segundo este autor. Entre essas regras gramaticais, temos a prevalência do masculino plural caso tenhamos sintagmas no feminino e no masculino no mesmo enunciado.

Caldas-Coulthard (2007, p. 243) chama a atenção para o fato de o masculino genérico, expressão desse androcentrismo, precisar sofrer reavaliação e contestação se as mulheres quiserem ser incluídas em textos, dada a extrema significação e exclusividade dessa regra universalizante, que, ainda conforme a autora, não consta em gramáticas.

Importa destacar que o masculino não é genérico por si mesmo, tanto que há femininos genéricos, como “enfermeira, secretária (de médico), empregada (doméstica)” (MÄDER, 2015, p. 109). Ocorrências que atestariam que o que tornaria um ou outro genérico seriam estereótipos de profissionais ou modelos cognitivos idealizados a depender de quem mais exerce (ou exercia) determinadas profissões, a ponto de ocorrer o que Mäder (2015, p. 127-146) chama de gênero prototípico.

Assim, ainda na explicação do autor, se nomeamos os profissionais do Direito e da Medicina sempre como advogados e médicos foi porque um determinado frame (enquadre) linguístico de certa forma nos compele (ou nos compeliu) a fazê-lo, dado que nem sempre as mulheres exerceram tais profissões.

4 O QUE É SEXISMO?

López e colegas (2012, p. 15; 20-40) falam de sexismos linguísticos relacionados a uma violência simbólica contra as mulheres e, com essa forma de violência, podemos entender imbricados: o sexismo gramatical e o sexismo discursivo. O sexismo linguístico de forma geral poderia ser encontrado na escolha deliberada ou não de vocábulos e estruturas gramaticais, como a do masculino genérico. Uma outra manifestação de sexismo gramatical seria a prevalência da concordância nominal no masculino plural, da qual já falamos.

Por sua vez, o sexismo discursivo poderia ser identificado em estereótipos de gênero ou juízos valorativos e assimétricos, na forma, por exemplo, como são apresentadas as palavras de representatividade feminina por gramáticas e dicionários – a já mencionada ordem de primazia, entre outras –, bem como são vistas as mulheres, não só por essas publicações, mas pela sociedade em geral.

Podemos entender a prevalência da representatividade masculina nos guias e manuais de redação oficial com que estamos trabalhando tanto como sexismo gramatical, pelo domínio do masculino, quanto de sexismo discursivo, pela omissão da presença das mulheres nos exemplos e modelos, pois assim elas são consideradas linguisticamente inexistentes e assimetricamente tratadas.

Comprovando o que López e colegas (2012, p. 16; 37) apresentam como mostras de sexismo discursivo, uma consulta a um dicionário mais popular nos faz observar a forma desigual com que os substantivos e formas de tratamento “senhora” e “senhor” são descritos.

senhor (se.nhor) /ô/ [pl.: -es] s.m. 1 aquele que tem algo; dono, proprietário 2 patrão, amo [antônimo] empregado 3 fig. Aquele que tem pleno domínio sobre si, sobre coisa ou sobre situação . 4 homem de meia-idade ou idoso 5 tratamento cerimonioso dispensado aos homens [abrev.: Sr.] 6 homem adulto indeterminado 7 Deus 7.1. Jesus Cristo [campo das observações] nestas duas acp., inicial maiúsc. Adj. 8 infirm. grande, ótimo, desejável . senhora (se.nho.ra) /ó ou ô/ s.f. 1 dona da casa; patroa 2 aquela que possui algo; dona, proprietária 3 mulher adulta indeterminada 4 a esposa em relação ao marido 5 mulher adulta ou casada 6 tratamento cortês dispensado à mulher casada. (PEQUENO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2015, p. 858).

Nos verbetes apresentados, vemos que quem teria pleno domínio sobre si próprio ou sobre coisas e circunstâncias seria o homem. A suprema divindade também seria do gênero masculino. E mesmo que no relato bíblico de tradição judaico-cristã tenhamos a figura de Maria, ela não é mencionada no verbete de “senhora”, mas Jesus, sim, no verbete de “senhor”.

Também é possível observar que a senhora seria a esposa em relação ao marido, não se dando, contudo, de o senhor ser o marido em relação à esposa. E enquanto o homem recebe um tratamento cerimonioso por meio de “senhor”, a mulher, por meio de “senhora”, receberia um tratamento cortês.

Haveria também um sexismo institucional e um sexismo individual, bem como um sexismo direto e outro indireto, de acordo com Mills citada por Garcia e Sousa (2016, p. 91-92). Podemos encontrar o sexismo institucional na prevalência da transmissão do nome de família do pai às filhas/os/es do casal, assunto do qual trata Caldas-Coulthard (2007, p. 235) ou mesmo nas regras gramaticais que tornam o masculino genérico visível e previsível (MÄDER, 2015, p. 86-98), incluindo-se a linguagem não verbal, nos já mencionados pictogramas das placas de atendimento preferencial.

5 O QUE É LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO?

A linguagem inclusiva de gênero seria, então, aquela linguagem que viria combater todos os sexismos linguisticamente cristalizados e incrustados, por vezes flagrados no masculino genérico e na primazia do masculino. Em suma, viria promover o confronto a um androcentrismo.

Para Bagno (2017, p. 232-233), o principal alvo da linguagem inclusiva de gênero seria a dominação masculina, sedimentada na linguagem, com uma prática ativa e consciente de higiene verbal em sociedades democráticas nas quais os direitos das mulheres são objeto de reconhecimento e defesa.

O *Manual pedagógico sobre el uso del lenguaje inclusivo y no sexista*, Mercosur/RAADH (2018, p. 4), entende por linguagem inclusiva de gênero aquela que procuraria incluir nas modalidades escrita, oral e (até) visual um tratamento isonômico e respeitoso para com as mulheres e homens a partir do que a língua teria a nos oferecer. Isso incluiria o morfema, o lexema, a sintaxe e a semântica. Uma das ocorrências combatidas por esse manual é justamente a do masculino genérico. Todavia as pessoas LGBTQIA+² não são nele mencionadas.

Conforme Bagno (2017, p. 232-233), é também preocupação da linguagem inclusiva de gênero opor-se à dualidade masculino-feminino, contestando-a não só nessa ordem de precedência, mas também porque tomada unicamente como biológica, não como um produto socioculturalmente constituído.

Nesse particular, já poderíamos falar mais de uma linguagem neutra, que se diferenciaria da linguagem inclusiva de gênero, no que procuraria promover de mudança mais significativa no idioma (POLITIZE, 2021). Daí que podemos entender que toda linguagem neutra de gênero é inclusiva, mas nem toda linguagem inclusiva de gênero é neutra.

A procura pela adoção de palavras escritas com terminação “x”, “e”, “æ” ou “@” seria o que de mais peculiar há na linguagem neutra, em geral promovida por ativistas compostos por grupos LGBTQIA+.

Entre os principais opositores da linguagem neutra, encontramos os governos de alguns Estados e o então Presidente Bolsonaro, os quais, em uma luta pela pretensa integridade da língua portuguesa, dão mostras de querer vetar quaisquer discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero nas escolas do País. Sabidamente, são representantes de uma extrema-direita conservadora e reacionária e indisfarçavelmente ligados a segmentos religiosos mais ortodoxos.

CONCLUSÃO

O que vemos nos manuais e guias de redação oficial, tanto no Manual de Redação da Presidência da República, quanto nos tocantinenses, é que os homens, presumivelmente cis e hetero, têm notório destaque nos exemplos, quadros e modelos de

² A sigla mais atualizada seria LGBTQIAPN+ para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras, genderqueers, intersexo, assexuais, aromânticas, agêneras, pan, poli, não binárias e mais. Fonte: Unicef Brasil (2022). Todavia, preferimos a forma reduzida por ser mais utilizada no momento.

comunicação oficial, enquanto as mulheres não dispõem de representantes à altura. Tanto estas quanto aqueles são tomados a partir do que os diferenciaria biologicamente, ou seja, a partir de uma distinção binária, por sexo, não por gênero em seus aspectos sociais, culturais e identitários.

Sob a influência desses mesmos MRPRs, os manuais e guias de redação tocaninenses acabam por tratar as mulheres cis ou trans e as pessoas dos demais gêneros como se não existissem, portanto de forma misógina e lgbtfóbica.

Chama-nos a atenção o fato de tal exclusão linguística se dar em publicações elaboradas por instituições de ensino ou de resguardo dos interesses sociais e individuais. Nelas esperaríamos que exclusões dessa natureza já deveriam ser há muito superadas. Seria o que deveria acontecer com os manuais e guias de redação oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, da Universidade Federal do Tocantins – UFT e do Ministério Público do Estado, em seus guias e manuais.

O que responderia, então, à pergunta proposta no título deste artigo envolveria razões, mas não justificativas, de natureza patriarcal, androcêntrica e sexista, além de razões de um *Zeitgeist* conservador, fundamentalista, machista, homofóbico e transfóbico que tomou conta do País, principalmente desde meados da última década.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de Redação da Presidência da República*. Brasília: Presidência da República, 1991.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de Redação da Presidência da República*. 2. ed., rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://ava.tre-rs.jus.br/ejers/pluginfile.php/1473/mod_resource/content/1/manual-de-redacao-pdf.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de Redação da Presidência da República*. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em 22 ago. 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Manual de Comunicação da Secom*. Brasília: Editora de Qualidade, 2012. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/linguagem-inclusiva>. Acesso em: 15 maio 2022.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedade*, v. 1 (2), p. 230-246, 2007. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v01n02/DS1\(2\)Caldas-Coulthard.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v01n02/DS1(2)Caldas-Coulthard.pdf). Acesso em: 18 fev. 2022.

FISCHER, André. *Manual prático de linguagem inclusiva: uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas*. São Paulo: Tecidas, 2020. Disponível em: https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/mpli1_2.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

FRANCO, Paki Venegas e CERVERA, Julia Pérez. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende*. Versão em português: Beatriz Cannabrava, 2006. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. *Guia de Redação e Formatação de Comunicações Oficiais*. Palmas: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/0k5W_K7ESJyOrCHXv9nVA. Acesso em: 2 jun. 2022.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11505>. Acesso em: 12 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. *Manual de linguagem inclusiva para editais de concurso público (seleção pública) do IFAL*. Maceió: IFAL, 2018. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. *Guia de Documentos Institucionais*. Palmas: IFTO, 2017. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais/guias/guia-de-documentos-institucionais-1/view>. Acesso em: 2 abr. 2022.

LINGUAGEM inclusiva e linguagem neutra: entenda a diferença! *Politize*, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/linguagem-inclusiva-e-linguagem-neutra-entenda/>. Acesso em: 8 maio 2022.

LÓPEZ, Ana Bringas *et al.* *Manual de linguaxe inclusiva no âmbito universitario*. Vigo: Universidade de Vigo, 2012. Disponível em: https://www.ub.edu/portal/documents/6247957/0/Manual_con_portada_para_web.pdf/01edf07a-8a32-a68f-58e4-a265eca59382. Acesso em: 29 maio 2022.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. *Masculino genérico e sexismo gramatical*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158447/336814.pdf;sequence=1#:~:text=de%20sexismo%20gramatical,-,O%20masculino%20gen%C3%A9rico%20pode%20ser%20resumido%2C%20em%20linhas%20gerais%2C%20como,homens%20e%20Fou%20mulheres>). Acesso em: 15 fev. 2022.

MERCOSUR. Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelaria do MERCOSUL (RAADH). *Manual Pedagógico sobre el Uso del Lenguaje Inclusivo y no Sexista*. Mercosul: Comissão Permanente de Gênero e Direito das Mulheres da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelaria do MERCOSUL (RAADH), 2018. Disponível em: <https://www.ippdh.mercosur.int/publicaciones/manual-pedagogico-sobre-o-uso-da-linguagem-inclusiva-nao-sexista/?lang=pt-br>. Acesso em: 5 maio 2022.

PEQUENO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Manual-para-uso-n%C3%A3o-sexista-da-linguagem.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SABINO, Rosimeri Ferraz *et al.* A comunicação oficial na gestão pública: o caso da Universidade Federal de Sergipe. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 21, n. 1, 2014. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/605>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SOUSA, Tamires Ramalho de; FARIAS, Luciana Cabral; FLORENTINO, Cristiano. O manual de redação institucional como facilitador do trabalho de revisão: uma análise dos documentos oficiais de padronização da escrita de institutos federais de ensino. *Cadernos Cespuc*, n. 31, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/14536>. Acesso em: 29 maio 2022.

TOCANTINS. Ministério Público Estadual. *Manual de Redação Oficial do Ministério Público do Estado do Tocantins*. Palmas: MP-TO, 2017. Disponível em: <https://mpto.mp.br/portal/2019/02/19/ministerio-publico-divulga-manual-de-redacao-aprovado-pelo-colegio-de-procuradores>. Acesso em: 2 jun. 2022.

TOCANTINS. Tribunal de Contas. *Manual de Redação Oficial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins*. 1. ed. Palmas: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/Manual_de_Redacao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/Manual_de_Redacao%20(1).pdf). Acesso em: 29 maio 2022.

TODO mês é mês do orgulho. *Unicef Brasil*, 2022. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/historias/todo-mes-e-mes-do-orgulho#:~:text=Em%20busca%20de%20uma%20vida%20com%20direitos%20respeitados%20para%20todos%20e%20todas&text=No%20m%C3%AAs%20de%20junho%20%C3%A9,intersexuais%2C%20assexuais%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 19 maio 2022.